

25 FEV 2016

GAZETA DO POVO

DIREITO DE RESPOSTA CONFERIDO À ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS

PARANAENSES - AMAPAR E À ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO - APMP, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º, INC. V, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DA LEI Nº 13.188/2015

1. Em 16 de fevereiro de 2016, o jornal Gazeta do Povo publicou matéria assim intitulada – “TJ e MP pagam supersalários que superam em 20% o teto previsto em lei – Na média, em 2015 procuradores e promotores ganharam 23% a mais. Juizes e desembargadores ficaram com 28% além do máximo legal” – publicação sucedida por outras similares, induzindo o leitor à conclusão de que os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado do Paraná teriam recebido “salários” em desconformidade com a Constituição Federal e as leis do país.

2. Contrariamente à divulgação, porém, não houve no Tribunal de Justiça ou no Ministério Público do Estado do Paraná pagamento de “salários” ou subsídios em valores superiores ao teto remuneratório constitucional. Os valores cujos montantes foram considerados como excedentes ao teto dizem respeito a verbas de natureza indenizatória, majoritariamente decorrentes de pagamentos não realizados ao longo de vários anos em razão dos limites orçamentários impostos às referidas instituições. Ou seja, pela sua específica natureza, diversa de “salário” ou subsídio, não estão sujeitos ao limitador constitucional, conforme conso-

lido entendimento do Supremo Tribunal Federal, noticiado, inclusive, pelo próprio jornal em matéria veiculada eletronicamente no dia 18/11/2015 e na edição impressa de 19/11/2015[1].

3. Todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo Tribunal de Justiça e pelo Ministério Público do Estado do Paraná aos seus membros estão amparados na Constituição Federal e na legislação vigente, sendo, portanto, constitucionais e legais. Além disso, todos esses valores observam as diretrizes estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), órgãos responsáveis pelo controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do Ministério Público em âmbito nacional, estando, ainda, sujeitos à permanente fiscalização do Tribunal de Contas do Paraná (TCE).

4. Nos meses de dezembro de 2015 e janeiro de 2016, em cumprimento aos direitos legais e constitucionais, aliás, como ocorre nos demais órgãos públicos e também na iniciativa privada, há, em regra, o pagamento de décimo terceiro e de acréscimo constitucional de férias para aqueles que as usufruem no período, o que evidentemente eleva os rendi-

mentos de todos os trabalhadores, sem que isso importe em violação ao teto constitucional. Além disso, nesses meses, foram indenizadas aos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público férias acumuladas e não usufruídas em razão da necessidade do serviço, direito este conferido a todo servidor público, estatutário ou celetista, conforme orientação do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho. Um direito de todo trabalhador, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho e Convenção nº 132 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

5. Os pagamentos realizados, além de legítimos, convergem para a diminuição dos passivos institucionais, evitando-se, por exemplo, a incidência contínua de juros e correção monetária. Ou seja, sem qualquer comprometimento às suas atividades essenciais, excepcionalmente, quando possível, mediante cuidadosa gestão orçamentária e financeira, as instituições devem direcionar parte de suas dotações para a quitação desses débitos.

CONTINUA

GAZETA DO POVO 25 FEV 2016

CONTINUAÇÃO

6. As verbas de natureza remuneratória recebidas por membros do Poder Judiciário e do Ministério Público estão sujeitas à retenção na fonte de imposto de renda (27,5%) e de contribuições previdenciárias (11%), isto é, nas alíquotas máximas previstas na legislação vigente, de modo que o rendimento líquido efetivamente auferido é substancialmente reduzido. Inexiste qualquer tratamento tributário diferenciado aos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, diferentemente do que ocorre com algumas categorias profissionais da iniciativa privada.

7. Os rendimentos pagos pelo Tribunal de Justiça e pelo Ministério Público do Estado do Paraná aos seus membros são divulgados, mês a mês, no Portal da Transparência dos sítios eletrônicos mantidos pelas instituições na rede mundial de computadores, acessíveis a todos os cidadãos e a quaisquer órgãos de fiscalização. Ademais, extraído dos referidos portais as informações que subsidiaram as matérias, o jornal evidencia a facilidade de acesso a esses dados, sendo igualmente certo que as informações complementares foram prontamente fornecidas.

8. O exercício da liberdade de imprensa, essencial ao funcionamento do Estado Democrático de Direito, não comporta censura prévia, o que não pode ser confundido com isenção de responsabilidade por atuação excessiva ou abusiva ao arripio da lei. A Constituição da República garante a livre atuação da imprensa e,

ao mesmo tempo, estabelece formas para posteriormente coibir eventuais abusos e excessos no seu exercício.

9. As notícias veiculadas, entretanto, exorbitam o ordinário exercício do direito de informar e vão além da mera crítica. Não é possível se entender como abrangidos pelo direito à crítica jornalística as acusações pautadas em dados distorcidos, reforçadas, inclusive, por expressões ofensivas. As adjetivações utilizadas e o modo de organização e repasse das informações induzem os leitores a concluir que há um habitual desrespeito, pelas instituições, ao teto do funcionalismo público previsto no artigo 37, inciso XI, da Constituição da República, o que nunca existiu.

10. O adequado funcionamento da democracia e do Estado de Direito exige, diuturnamente, o fortalecimento de instituições contramajoritárias, como o Poder Judiciário e o Ministério Público. É inaceitável, portanto, tolerar tentativas de desqualificação dessas instituições e de seus membros, relegando-se a plano secundário a verdadeira e democrática missão de informar a população.

11. Nosso país vive um novo sentimento de esperança em relação ao combate à corrupção, resultante em boa parte da forte atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público, no âmbito nacional e estadual, como no julgamento da Ação Penal nº 470 pelo Supremo Tribunal Federal, comumente denominada de “Mensalão”, ou nas operações “Lava Jato”, “Publicano” e

“Quadro Negro”. Nesse contexto, portanto, é lamentável que o jornal – ao se referir a verbas sabidamente lícitas – use de expressões que aproxime os integrantes dessas carreiras a investigados e/ou réus dessas operações e/ou processos.

12. O enfraquecimento do Poder Judiciário e do Ministério Público, instituições dotadas de autonomia e independência dos demais Poderes do Estado, não interessa à sociedade paranaense.

13. Sendo assim, os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado do Paraná buscam por meio desta manifestação esclarecer a população, restabelecendo a verdade, reafirmando perante a sociedade paranaense o contínuo compromisso com a tutela dos direitos do cidadão, com o cumprimento da Constituição e das leis da República e com o combate à corrupção.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/stf-determina-corte-de-vantagens-acima-do-teto-satara-1fzrzi0524xgcimb9s4uklykl>

25 FEV 2016

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Maurinho quer mais arrocho

Tempos atrás, o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, disse que o Paraná tinha “ilhas de prosperidade”. Referia-se à abundância de recursos orçamentários com que contam o Legislativo e o Judiciário, inversamente proporcionais às próprias necessidades, e em detrimento do Executivo, vítima de escassez crônica.

Mais comedido nas palavras, mas mais assertivo nos propósitos, o secretário disse em tom de lamento, na quarta-feira (24), na Assembleia — durante a prestação de contas do último quadrimestre de 2015 — que, com o que sobra nos outros poderes, seria possível fazer muito mais para a população.

E conclamou os próprios deputados a, nas próximas leis orçamentárias, reduzirem os percentuais destinados ao demais poderes. Ou mesmo, como acontece em outros estados, nem fixar percentuais, mas aprovarem orçamentos realistas para as instituições.

Nos últimos quatro anos, por exemplo, a Assembleia “devolveu” ao Executivo R\$ 850 milhões que não precisou para custear as próprias atividades. Numa situação de emergência, o Tribunal de Contas e o Ministério Público também fizeram devoluções voluntárias para o governo estadual pagar o 13.º salário do funcionalismo.

Então, faltaria o Tribunal de Justiça fazer, voluntariamente, o mesmo gesto. Mas depois da refrega pública que Mauro Ricardo teve com o presidente do TJ, desembargador Paulo Vasconcelos, o secretário da Fazenda não parece mais muito disposto a encarar a briga com a mesma animosidade. Jogou-a à responsabilidade da Assembleia para quando os deputados forem votar a próxima LDO.

É esperar para ver até onde vai a coragem das bancadas majoritárias

É esperar para ver até onde vai a coragem das bancadas majoritárias que, normalmente, seguem a orientação emanada do Palácio Iguaçu. Terão eles “vontade política” para enfrentar o TJ? Uma regressão histórica das relações entre o parlamento e o judiciário paranaenses aponta para um fato: o secretário da Fazenda jogou palavras ao vento.

No mais, para espanto dele, Mauro Ricardo chegou até a receber elogios de alguns deputados da oposição pela aparente recuperação das finanças estaduais — fruto do ajuste fiscal que exigiu camburões para condução coercitiva de parlamentares ao recinto da Assembleia para votá-lo e que redundou, ao final, na sangrenta batalha do Centro Cívico em 29 de abril do ano passado.

Os episódios renderam ao secretário o apelido de “Maurinho Malvadeza” e ao governador Beto Richa, os mais baixos índices de aprovação dentre seus homólogos no país e nunca antes experimentados pelos seus antecessores.

Uma coisa, porém, é certa: apesar de o secretário da Fazenda ter aparentemente convencido os deputados de que as finanças do estado estão muito melhores em relação à desastrosa situação que ele encontrou quando assumiu, no início do ano passado, ele próprio não está convencido. Insaciável, disse que precisa de mais dinheiro em caixa, agora não só elevando impostos, mas, sobretudo, arrochando a fiscalização e combatendo a sonegação. Cuidem-se todos.

25 FEV 2016

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

SALÁRIOS DO TJ EMP

Não creio que o jornal tenha agido com o objetivo de "desestabilizar instituições", ou que tenha prestado "desserviço à democracia" noticiando assunto de interesse da população.

Cláudio Slaviero

PRISÃO

O artigo de Francisco Monteiro Rocha Júnior (*Gazeta*, 24/2) apresenta uma visão garantista e obtusa ao rechaçar o entendimento, adotado pelo STF, de que o início do cumprimento da pena de restrição de liberdade se dê depois da condenação em segunda instância. O autor não contextualiza a necessidade de eficiência da Justiça e quer apenas garantir – a quem tenha os recursos necessários – a possibilidade de protelar indefinidamente a lide. Essa visão supostamente humanista interessa apenas a causídicos e criminosos. A dupla jurisdição garante o pleno exercício da ampla defesa, e à corte suprema dever-se-ia reservar só o julgamento de matéria de direito. Não obstante, concordo com o autor que a morosidade do STF é inconsequente. Contra isso, o primeiro passo é acabar com o foro privilegiado.

João Queiroz

REINALDO BESSA

Ad infinitum

Tramita na 7ª Vara Cível de Curitiba a ação movida pelo escritor Toninho Vaz contra as filhas do poeta Paulo Leminski. Em 2013, elas censuraram a biografia do pai, *O bandido que sabia latim*, escrita por Vaz, em sua quarta edição, alegando a inclusão de um trecho que consideraram "sórdido". A ação, por perdas e danos, é defendida pela advogada carioca Tânia Borges e pelo advogado curitibano Rogério Dumke.

25 FEV 2016

GAZETA DO POVO

IMBRÓGLIO

Juíza pede que destino dos créditos vencidos na RMC seja provado

● O Ministério Público do Paraná tem um procedimento aberto para apurar supostas irregularidades na transferência da responsabilidade da gestão da bilhetagem eletrônica. Esse procedimento ainda não foi concluído. Além disso, o deputado Requião Filho (PMDB) entrou com uma ação na Justiça questionando o procedimento adotado pelo governo do estado. Apesar de ter negado a tutela antecipada do caso, a juíza Patricia de Almeida Gomes Bergonse, da 5ª Vara da Fazenda Pública, pediu à Metrocard os dados financeiros sobre a quantidade de créditos expirados mensalmente e o comprovante da destinação desses recursos. O pedido foi feito à Metrocard e à Dataprom, antiga operadora do sistema. A magistrada quer saber se o crédito expirado realmente é revertido ao sistema.

Reportagem da **Gazeta do Povo** publicada em julho do ano passado mostrou que todo o crédito comprado nas 83 linhas não integradas da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e que vence em um ano vai para a conta da Metrocard. À época, a associação disse que havia previsão legal para isso e que esse é um procedimento sacramentado em outros setores econômicos, como o da aviação e da telefonia pré-paga. Depois disso, porém, a Comec publicou portaria determinando que os créditos vencidos das linhas integradas fossem todos aplicados em melhorias no sistema de transporte coletivo.

25 FEV 2016

GAZETA DO POVO

Operação Lava Jato “voa” em Curitiba, mas anda a passos lentos em Brasília

Enquanto a PF do Paraná já deflagrou 23 fases da investigação, na capital federal só três etapas foram realizadas para apurar o envolvimento de políticos com foro privilegiado no esquema

Katna Baran e Kelli Kadanus

● A operação é a mesma, mas o ritmo frenético da Lava Jato em Curitiba contrasta com os passos lentos da investigação em Brasília. De um lado, na capital paranaense, onde ocorre a apuração de casos de corrupção na Petrobras em primeira instância, já foram deflagradas 23 fases da operação, com 127 mandados de prisão cumpridos em quase dois anos. Já na capital federal, onde são investigados políticos e autoridades com prerrogativa de foro, três fases foram deflagradas — apenas uma delas com prisões — em um ano.

A Operação Lava Jato começou como uma investigação da Polícia Federal (PF) sobre um grupo de doleiros que praticava lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Demorou apenas três dias para a PF chegar ao primeiro ex-diretor da Petrobras envolvido no esquema: Paulo Roberto Costa foi preso pela primeira vez em 20 de março de 2014, na segunda fase da Lava Jato. Na terceira etapa, realizada em 11 de abril daquele ano, foram realizadas buscas e apreensões na sede da Petrobras no Rio de Janeiro, puxando o primeiro fio da meada para descobrir um gigantesco esquema de corrupção na estatal.

De lá para cá, na primeira instância, a investigação registra a média de cinco presos por mês — entre eles, diversos operadores, ex-funcionários da estatal, políticos e a cúpula de grandes empreiteiras do país. Ainda em novembro de 2014, a PF colocou atrás das grades executivos de pelo menos sete empresas: OAS, Galvão Engenharia, UTC, Engevix, Queiroz Galvão, Camargo Correa e Mendes Junior, entre outras.

Passos lentos

Enquanto isso, apenas três fases da Lava Jato foram deflagradas em Brasília, desde a divulgação da famosa “lista” de políticos supostamente envolvidos no esquema da Petrobras, elaborada, em março do ano passado, pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. A primeira das etapas realizou buscas em endereços relacionados ao senador Fernando Collor (PTB). A segunda — e a única com prisões — levou à cadeia o senador Delcídio do Amaral (PT), o banqueiro André Esteves e o advogado de Nestor Cerveró, Edson Ribeiro. Na última operação, em dezembro, foram recolhidos documentos relacionados ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB).

Por meio da assessoria de imprensa, a PF de Brasília informou que o ritmo das investigações é diferente por envolver pessoas com prerrogativa de foro. A instituição destacou que as investigações na capital federal são desdobramentos da primeira instância da Lava Jato, ou seja, não se trata, necessariamente, da mesma operação. A assessoria não detalhou em que pé estão as apurações sobre o possível envolvimento de políticos no esquema.

CONTINUA

25 FEV 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DUAS OPERAÇÕES LAVA JATO

Ritmo intenso das investigações no Paraná
contrasta com Brasília

		Curitiba	Brasília
		17/mar/2014*	5/mar/2015**
	Início da operação	709 dias (1 ano e 11 meses)	355 dias (11 meses e 20 dias)
	Mandados de prisão	Total 127	3
	Média mensal	5,5	0,27
	Acusações criminais	Total 37	1
	Média mensal	1,6	0,09
	Sentenças	Total 17	0
	Média mensal	0,74	
	Condenações	Total 84	0
	Média mensal	3,6	
	Fases	Total 23	3
	Média mensal	1	0,27

* Base de cálculo: deflagração em 17 de março de 2014

** Base de cálculo: divulgação da Lista de Janot em 5 de março de 2015

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

25 FEV 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Judiciário também é mais ágil no Paraná

● O andamento da Operação Lava Jato também é mais ágil na Justiça Federal do Paraná, sob responsabilidade do juiz Sergio Moro. A primeira sentença do caso, que condenou o doleiro Carlos Habib Chater e inocentou Alberto Youssef da acusação de tráfico de drogas, saiu sete meses e quatro dias depois de deflagrada a primeira fase da operação, em 17 de março de 2014.

O caso dos empreiteiros também teve um desfecho rápido. Os executivos foram presos em 14 de novembro de 2014 e denunciados pelo Ministério Público Federal menos de um mês depois. A primeira sentença foi proferida sete meses depois e a última, um ano mais tarde.

Já no Distrito Federal, em 3 de março de 2015, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu a abertura de 28 inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF) para investigar 49 autoridades com prerrogativa de foro. Até agora há apenas uma denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) ao Supremo: contra o deputado Eduardo Cunha (PMDB), presidente da Câmara Federal.

Em entrevista à Gazeta do Povo publicado em janeiro, o delegado da Polícia Federal Igor Romário de Paula, da equipe de Curitiba, disse ser normal que o trabalho na capital federal seja mais lento. “A investigação é mais complicada. Qualquer diligência é mais complexa”, explicou. “Lá, eles sofrem maior pressão por uma resposta mais rápida. Não que seja culpa deles. Grande responsabilidade disso é do Supremo, onde o sistema é muito burocrático.” Segundo o delegado, a força-tarefa paranaense aguarda com ansiedade uma primeira condenação no STF como prova de “funcionalidade” de todas as esferas de investigação. “Creio que teremos um primeiro semestre com bastante avanço”, disse. Uma força-tarefa ajudará nos trabalhos na capital federal. Procuradas, as assessorias da PF e PGR em Brasília, assim como da força-tarefa do MPF de Curitiba, não se manifestaram sobre o assunto.

25 FEV 2016

BEM PARANÁ

Secretário defende revisão de repasses a outros poderes

Na Assembleia, Mauro Ricardo Costa diz que há sobra anual de R\$ 940 milhões no Legislativo e Judiciário



“É necessário um equilíbrio para que não haja sobra em um enquanto falta em outro”.

*do secretário de
Estado da Fazenda,
Mauro Ricardo Costa*

Ivan Santos

Costa: “Na minha opinião, vinculação é inconstitucional”

O secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, defendeu ontem, em audiência pública na Assembleia Legislativa, a revisão nos repasses de recursos para os poderes Legislativo e Judiciário do Paraná. Segundo ele, há atualmente uma “sobra” de R\$ 940 milhões anuais no orçamento desses poderes – incluindo Ministério Público e Tribunal de Contas – que poderia ser melhor usada pelo Executivo para investimento em outras áreas essenciais. Costa disse ainda que o governo está avaliando a possibilidade de rever os percentuais ou até acabar com a vinculação de receita para a definição desses repasses, na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

de 2017 que deve ser encaminhada à Assembleia para votação até o mês de julho.

No Paraná, atualmente, Legislativo, Judiciário e Ministério Público têm direito a 18,6% do que o Estado arrecada anualmente, excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas. No Orçamento do ano passado, por exemplo, isso significou um repasse de quase R\$ 4,2 bilhões. Esse percentual é dividido em 9,5% para o Judiciário; 4,1% para o MP; e 5% para o Legislativo. Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, 1,9% cabe ao Tribunal de Contas. Além disso, em 2010, os deputados aprovaram a inclusão

das verbas do Fundo de Participação dos Estados na base de cálculo desses repasses, o que implicou em uma perda de mais de R\$ 400 milhões ao ano para o Executivo.

“Na minha opinião, a vinculação é inconstitucional”, disse o secretário, ontem, durante a prestação de contas do governo relativa aos últimos quatro meses de 2015. Segundo Costa, a maioria dos estados brasileiros não adota essa fórmula, trabalhando com orçamentos fechados para Legislativo e Judiciário.

CONTINUA

25 FEV 2016

BEM PARANÁ

CONTINUAÇÃO

“Temos sobras de R\$ 940 milhões nos diversos poderes enquanto falta em outros. É necessário um equilíbrio para que não haja sobra em um enquanto falta em outro”, defendeu ele, lembrando que a própria Assembleia “devolveu”, no ano passado, R\$ 250 milhões dos recursos a que tinha direito ao Executivo.

A discussão é polêmica, já que o Legislativo e o Judiciário resistem à redução dos recursos. E os próprios deputados rejeitaram propostas de corte nos percentuais para os outros poderes, temendo reações políticas adversas.

Depósitos - Costa defendeu ainda outra proposta polêmica – o uso, pelo Estado, dos recursos dos depósitos judiciais - valores discutidos em processos de contribuintes que ficam depositados em juízo até a conclusão do processo. Uma lei federal entrou em vigor em agosto do ano passado, permitindo o uso pelos estados de até 70% desse dinheiro. Mas o Tribunal de Justiça tem barrado a prática, alegando que ela representaria uma ameaça a quem tem dinheiro a receber do governo.

“A União já saca 100% dos depósitos judiciais desde 1998. Quem está ganhando (com a retenção), não é o contribuinte, que ao final da ação recebe o dinheiro corrigido pela poupança, mas a Caixa Econômica Federal”, criticou o secretário.

Reajuste - Costa voltou ainda a defender o ajuste fiscal e o aumento das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). “Se isso não fosse feito, seria impossível ao Paraná cumprir com seus compromissos. E estaríamos como os outros estados, com dificuldades para pagar pessoal”, alegou.

Costa sinalizou também que o Estado não deve promover reajustes salariais significativos em 2016, apesar da melhora nas suas finanças. Segundo ele, só com o reajuste de 10,67% concedido em janeiro, o Paraná deve gastar R\$ 2,1 bilhões a mais com pessoal este ano, chegando a uma despesa de R\$ 21 bilhões com a folha de pagamento do funcionalismo. “Temos que tomar muito cuidado, do contrário vamos comprometer cada vez mais nossos recursos com gasto de pessoal”, alertou.

FOLHA DE LONDRINA

Secretário pode rever repasses aos poderes

25 FEV 2016

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba – O secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, disse ontem, durante a prestação de contas de 2015 na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, que estuda a possibilidade de rever os percentuais destinados aos demais poderes já na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017. Hoje, a AL recebe 3,1%, o Tribunal de Justiça (TJ) fica com 9,5%, o Ministério Público (MP) com 4,1% e o Tribunal de Contas (TC) com 1,9%. Como o orçamento estadual aumenta anualmente (R\$ 54,5 bilhões em 2016), acaba havendo excessos. “Estamos avaliando. De fato, há aproximadamente R\$ 1 bilhão de sobras dos poderes de recursos provenientes de anos anteriores.”

Ele também respondeu a um pedido de informações da oposição, referente ao destino dos R\$ 880 milhões devolvidos pela Casa à gestão Beto Richa (PSDB) nos últimos quatro anos. O ex-presidente Valdir Rossoni (PSDB), que comandou a AL de 2011 a 2014, anunciou, ao deixar o cargo, uma economia de R\$ 630 milhões. Ademar Traiano (PSDB), por sua vez, entregou a Beto em 2015 um cheque simbólico de R\$ 250 milhões.

Conforme Costa, o montante foi gasto em pagamento de pessoal. “Diferentemente do que foi dito muitas vezes, de que era para auxílio a municípios e programas específicos, é para complementar a folha, inclusive dos aposentados. Se alguém acreditava que a Assembleia fazia, ainda que contabilmente, a devolução (das verbas) com o intuito de prefeitos do inte-

rior do Estado esperarem em algum momento receber, pode tirar o cavalinho da chuva”, comentou o vice-líder da oposição, Tadeu Veneri.

CONTAS

A sessão plenária de ontem foi exclusiva para apresentar os números relativos a 2015, que já tinham sido divulgados pela administração no início do mês. Depois de fechar 2014 com um déficit de mais de R\$ 178 milhões, o governo conseguiu equilibrar as contas e registrou, no ano passado, um superávit primário de quase R\$ 2 bilhões. Mesmo com o resultado positivo, Mauro Ricardo descartou a contratação de mais agentes penitenciários, pedido feito pelo sindicato da categoria, o Sindarspen, que anteontem lotou as galerias da AL. “Mais para frente pode haver necessidade porque estamos com 20 unidades prisionais em processo de construção. Mas hoje não”. A entidade estima existir um déficit de 1,6 mil profissionais.

O secretário justificou, ainda, o “confisco” de R\$ 360 milhões do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA). “Havia uma disponibilidade excessiva de recursos nos fundos, talvez por excesso de gastos, talvez por incapacidade de execução daquele volume disponibilizado. Como havia carência em outras áreas do governo, o governo pegou esse recurso e usou para pagamento de pessoal, na área de saúde, educação, assistência social e segurança pública.” De acordo com ele, haverá uma compensação por parte do fundo de combate à pobreza, gerido pelo próprio Executivo.

25 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

Autuações chegam a R\$ 915 milhões

Para coordenador do Gaeco, valor reforça as acusações do Ministério Público, pois fica materialmente demonstrado que houve sonegação na Receita

No Judiciário, segue a chamada instrução do processo relativo à primeira fase da Operação Publicano, que envolve 73 réus

Loriane Comeli
Reportagem Local

As três forças-tarefas da Receita Estadual do Paraná, criadas em decorrência da Operação Publicano para revisar trabalhos de fiscalização em empresas que teriam pago propina para deixar de recolher tributos estaduais, já lavrou R\$ 915.498.564,34 em autos de infração. O montante inclui o imposto sonegado, multas e juros.

O valor atualizado foi confirmado ontem pela Corregedoria-Geral da Receita, que criou as forças-tarefas após o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina ter começado a investigar a suposta organização criminosa incrustada no fisco local, que agiria com a conivência e participação da cúpula, em Curitiba.

O balanço parcial foi apresentado anteontem ao promotor coordenador do Gaeco, Jorge Barreto da Costa. Para ele, o resultado do trabalho da Corregedoria reforça as acusações do Ministério Público (MP), uma vez

que fica materialmente demonstrado que houve sonegação. "Isso reforça os argumentos do Ministério Público em relação à existência dessa organização criminosa e a forma de atuação dela: deixando de autuar (empresas) ou autuando em valores muito abaixo dos devidos", afirmou.

O último balanço parcial havia sido divulgado pela Receita em dezembro passado, quando as empresas alvos de revisão tinham sido autuadas em R\$ 833,9 milhões, sendo que 37% desse valor se referia a valores sonegados, 55% a multas e 8% a juros.

Segundo a assessoria de comunicação da Secretaria Estadual de Fazenda, o balanço parcial atualizado é referente aos últimos cinco anos, já que, conforme informou o corregedor da Receita, Roberto Tizon, "observando-se o prazo decadencial previsto na legislação tributária".

PUBLICANO I

No Judiciário, segue a chamada instrução do processo relativo à primeira fase da

Operação Publicano, que envolve 73 réus. Ontem, oitavo dia de audiências, foram ouvidas sete testemunhas de defesa, incluindo dois auditores. Outras 24 foram dispensadas.

Advogados também avaliam pedir ao juiz a suspensão das audiências após o interrogatório do principal delator, o auditor Luiz Antonio de Souza, e de sua irmã e também delatora, a auditora Rosângela Semprebom.

Em princípio, pela ordem inicial (considerando o critério alfabético dos nomes dos acusados) estabelecida pelo juiz titular do processo, Juliano Nanuncio, da 3ª Vara Criminal, Souza seria ouvido apenas no dia 7 de março. Porém, os advogados entendem que, como se trata de um réu delator, Souza deve ser ouvido primeiro.

Agora, cogita-se, além disso, pedir ao juiz que suspenda a realização das audiências por um mês, para que os advogados tenham tempo suficiente para analisar todas as acusações. As audiências para ouvir os demais réus seriam realizadas em abril.

CONTINUA

25 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Nanuncio, informalmente, disse aos advogados que concorda, desde que todos os réus considerem-se intimados das eventuais novas datas, para não atrasar ainda mais a instrução. Tanto o promotor Jorge Barreto quanto ao advogado de Souza, Eduardo Duarte Ferreira, não veem qualquer prejuízo com as possíveis mudanças.

FOLHA DE LONDRINA

Prefeitura planeja acesso a depósitos judiciais

25 FEV 2016

Edson Ferreira
Reportagem Local

A Prefeitura de Londrina fechou o ano de 2015 com superavit financeiro de R\$ 80 milhões, porém, a maior parte é composta por recursos vinculados, cuja destinação fica restrita a alguns setores, como Educação, Saúde e Assistência Social. Entre as receitas livres, que podem ser usadas para investimentos, a "sobra" é de R\$ 14 milhões. Para 2016, o Executivo planeja pedir autorização da Câmara para acessar os depósitos judiciais.

As receitas líquidas do município somaram R\$ 1.442.584.630,55, contra R\$ 1.361.689.918,92 de despesas. Os dados financeiros do município sobre o último quadrimestre do ano passado foram apresentados em audiência pública na Câmara de Vereadores, ontem.

Segundo o prefeito Alexandre Kireeff (PSD), o resultado é favorável. "Não é para festejar, mas está dentro da meta, é um balanço possível a partir de muitas dificuldades econômicas em todo o País. Se levarmos em conta os recursos do Fundeb, a sobra de recursos livres foi maior, cerca de R\$ 30 milhões", disse. Ele se refere à antecipação do pagamento da folha salarial dos trabalhadores da Educação, em dezembro, antes de receber o repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

As principais receitas de Londrina, que continuam sendo IPTU e ITBI, tiveram arrecadação inferior ao esperado, ambas com 79% de

execução; R\$ 124,7 milhões e R\$ 50,2 milhões, respectivamente. Para o secretário de Fazenda, Paulo Bento, o humor dos contribuintes foi prejudicado pela "crise nacional". "Apesar do nosso trabalho e cobrança, houve uma queda. É notório que o País passa por uma crise e naquelas receitas que tínhamos participação houve o recuo." O secretário traçou um cenário pessimista para 2016 e não descartou novos cortes. "A situação econômica no geral interfere bastante no desempenho. Estamos com medidas de economia ainda mais severas nesse ano, preocupados com horas extras, e os gastos que pudermos evitar, vamos evitar, até mesmo investimentos em alguns setores."

A reportagem apurou que o Executivo deve apresentar à Câmara nos próximos dias um projeto de lei pedindo autorização para acessar o dinheiro que está nas contas judiciais, referentes às ações em que ainda cabem recursos. Kireeff não soube informar qual é o montante parado nessas contas, mas confirmou que a medida é vista como uma "ferramenta" para melhorar o caixa. "É uma alternativa importante, especialmente diante de um prognóstico sombrio de receitas que temos para esse ano, mas o texto ainda não chegou até mim."

Lei federal, sancionada em 2015, permite a estados e municípios transferir para seus caixas até 70% do dinheiro depositado em contas administradas pela Justiça, referente a demandas das quais fazem parte. A prioridade de uso desse recurso é pagamento de precatórios.

25 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

Decisão do STF já reflete na Justiça do Trabalho

TRT-SP determina pagamento imediato de dívida da Vasp baseado na interpretação de que a pena pode ser executada antes de passar pelos três recursos

Joana Cunha

Folhapress

São Paulo - A decisão tomada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) na semana passada, para que a prisão de condenados em processos criminais já possa ocorrer depois que a sentença for confirmada em um julgamento de segunda instância, começa a inspirar a Justiça do Trabalho.

Baseado na interpretação de que a pena pode ser executada antes de passar pelos três graus de recursos (segundo grau, Superior Tribunal de Justiça e STF), o juiz Flavio Bretas Soares, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em São Paulo, determinou o pagamento imediato de dívida no caso da companhia aérea falida Vasp, mesmo ainda cabendo recurso por parte do devedor.

Com a decisão, proferida na última quinta-feira, a ideia é antecipar a liberação dos recursos levantados com a venda de duas fazendas do antigo dono da empresa para o pagamento dos trabalhadores. De

acordo com o juiz, ainda restam créditos de cerca de R\$ 1,6 bilhão não pagos. Em sua argumentação, o juiz descreve o longo histórico da ação civil pública que, "após mais de uma década, ainda busca satisfazer os créditos dos mais de 6.000 trabalhadores da Vasp".

DECISÃO EMBLEMÁTICA

Para justificar a urgência, o magistrado mencionou trabalhadores que já morreram ou que estão passando por extrema dificuldade. Ele também indica que o devedor adota condutas para atrasar o pagamento e que, em seus recursos, insiste em discutir matérias já exaustivamente discutidas.

"Como reforço de argumento", ele cita a recente decisão proferida pelo STF, que chamou de "emblemática". "Ora, se em esfera penal, em que o objeto é a própria liberdade da pessoa, é possível a execução da pena, com maior razão é legítima a execução total da sentença de segundo grau na esfera trabalhista, em que o executado fraudou o direito de mais de 6.000 trabalhadores", justificou o juiz.

Advogados contestam a decisão e afirmam que se trata de um "ativismo judicial" para defender trabalhadores.

Antonio Carlos Gonçalves, do Demarest, avalia que a decisão foi "simplista" e apressada porque emprestou um orientação do Supremo que tinha como alvo apenas a esfera penal. A avaliação é que se outros juízes começarem a seguir a tendência em outras áreas do direito, como a tributária, o trânsito em julgado pode ser ameaçado.

Ana Paula Vizintini, sócia do escritório Trench, Rossi e Watanabe, afirma que a decisão ilustra um entendimento relativamente frequente na Justiça do Trabalho de que o crédito trabalhista tem natureza alimentar. Para Otavio Pinto e Silva, do Siqueira Castro Advogados, a decisão é contestável porque não há como garantir que os trabalhadores devolverão o dinheiro se no futuro o julgamento do recurso for favorável ao empregador.

"Como a execução é provisória, as empresas não estão preparadas para reagir rapidamente, porque não estão esperando que isso aconteça. Agora, elas terão de se preparar e ter uma medida judicial à mão para lançar rapidamente", diz Dario Abrahão Rabay, sócio do Mattos Filho. Advogados afirmam que o mandado de segurança pode ser uma opção para as empresas, mas ressaltam que deve ser analisado caso a caso.

25 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Uma decisão para ser comemorada

A decisão do Supremo Tribunal Federal de manter preso o réu condenado em segunda instância vai diminuir a sensação de impunidade, que tanta indignação causa aos brasileiros. A vergonhosa postergação “ad eternum” do cumprimento da pena até a sua prescrição é uma aberração sem similar nas mais aprimoradas democracias. Além de beneficiar despidoradamente o sentenciado, é uma fonte preciosa de ganhos financeiros para muitos advogados criminalistas que abusam dessa farra recursal protelatória. É uma afronta o cinismo dos criminosos do “colarinho branco” já apenados, gozando de plena liberdade e debochando das pessoas honestas. É preciso mudar essa legislação que permite a extinção das penas por caducidade de prazo, premiando a malandragem e fazendo com que o crime compense. A medida aprovada pelo STF é um duro golpe no atraso e na leniência do nosso sistema processual. Foi a vitória da seriedade e um alento de esperança para começar a se fazer justiça nesse país. Restou-nos, perplexos, ouvir o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, que aliás votou contra a decisão da Corte, afirmar que a medida é inadequada porque as cadeias estão superlotadas. Parece que os nossos governantes, políticos e autoridades propositadamente não investem na construção de um sistema prisional melhor estruturado, para dar desculpas iguais a essa, quando chega a vez deles utilizá-lo. O brasileiro honrado e digno não se conforma mais com tanta injustiça escancarada e com os revoltantes descalabros jurídicos produzidos em nossos tribunais.

LUDINEI PICELLI (administrador de empresas) – Londrina

25 FEV 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

Demeterco corrige Elio Gaspari sobre "Pacto de Munique"

Desembargador aposentado TJ/PR, ex-professor da Direito da PUC-PR, Antenor Demeterco sempre foi reconhecido como um profundo conhecedor de História, particularmente História do Século 20. E nesse capítulo, o século 20, Demeterco concentrou fortemente no período pré e o imediatamente pós II Grande Guerra.

Assim, não me surpreende mais uma manifestação do pesquisador, retificando – em carta enviada ao jornalista da Folha de São Paulo, Elio Gaspari – um lapso cometido pelo periodista. Trata-se do "verdadeiro Pacto de Munique" que, disse Demeterco, deu-se em 1938 e não em 1939.

Leia a carta do desembargador emérito:

A VERDADE

"Meu caro Elio Gaspari:

A título de mera colaboração comunico-lhe que foi cometido um lapso em seu artigo publicado recentemente, nesse mês de fevereiro corrente.

O verdadeiro "pacto de Munique" realizado em 29 de setembro de 1938, envolveu a Alemanha e a Itália ditatoriais e as duas democracias, França e Reino Unido.



Antenor Demeterco Jr. e Elio Gaspari

E dele resultou o fim da Tchecoslováquia como Estado, e uma das piores lições da História: a covardia de democracias diante da força.

O pacto referido em seu escrito foi o festim totalitário celebrado em 23 de agosto de 1939 entre Hitler e Stalin, assinado pelos ministros do exterior Molotov e Ribbentrop.

Baseado nele a Polónia foi dividida em duas partes, abocanhadas pelos signatários.

E com a certeza que não combateria em duas frentes, Hitler deu início à Segunda Guerra Mundial com as bênçãos

de Stalin.

O chamado pacto nazi-soviético para a Rússia vige em parte até hoje.

Este país não abriu mão de seu quinhão no estupro da Polónia, pois acabou entre os vitoriosos da guerra.

O criminoso ficou com o produto de crime.

Convém lembrar que Hitler, ditador sem limites, violou ambos os tratados que assinou, com as democracias e o com os comunistas.

Cordialmente.

Curitiba 20 de fevereiro de 2016.

Antenor Demeterco Júnior"

25 FEV 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF ARQUIVA PEDIDO DE INVESTIGAÇÃO CONTRA WAGNER E DOIS DEPUTADOS

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem o arquivamento de investigação sobre o ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, e os deputados federais Paulinho da Força (SD-SP) e Luiz Sérgio (PT-RJ). Na decisão, Mello acolheu parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR) e entendeu que não há provas para abertura de investigação contra os acusados. Os acusados foram citados em depoimentos de delatores da Operação Lava Jato, mas os supostos crimes não têm ligações com a investigação da Petrobras.

TRIBUNAL DO PARANÁ

SEM PROVAS

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem arquivamento de investigação sobre o ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, e os deputados federais Paulinho da Força (SD-SP) e Luiz Sérgio (PT-RJ). Na decisão, Mello acolheu parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR) e entendeu que não há provas para abertura de investigação.

Presidente do TJ encoraja Moro e manifesta preocupação com aumento do número de presos no país



O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná Paulo Roberto Vasconcelos durante entrevista em Curitiba, 24/02/2016. Foto: Rodolfo Buhner / La Imagem

A Operação Lava Jato, constituída por servidores da Polícia Federal, do Ministério

CONTINUA

Público, do Poder Judiciário e coordenada pelo juiz federal Sergio Moro, “merece todo nosso respeito pela coragem, garra e determinação com que vêm investigando a corrupção que tomou conta do país nos últimos anos”, disse o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos. Para ele, a força tarefa oxigena a alma do brasileiro e destaca os esforços do Poder Judiciário na resposta aos anseios da sociedade.

Para o desembargador, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de admitir que um réu condenado na segunda instância comece a cumprir pena de prisão, ainda que esteja recorrendo aos tribunais superiores, é importante para agilizar os processos dentro dos tribunais de Justiça. Agora, basta apenas a sentença condenatória do Tribunal de Justiça para a execução da pena. “Neste caminho, teremos alguns problemas que é em relação ao sistema penitenciário que terá que passar por reformas e ampliado. Vai

CONTINUA

faltar cadeia, pois aumentará o índice de prisões”.



O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná Paulo Roberto Vasconcelos durante entrevista em Curitiba.

CONTINUA

No Paraná, o Tribunal de Justiça acaba de inaugurar sede própria para agilizar as audiências de custódia, já que atende a todos os distritos policiais e uma média de 25 audiências por dia. O delegado de polícia tem 24 horas para apresentar ao juiz os autos para a audiência de custódia. O Tribunal de Justiça do Estado conta hoje com 8 mil servidores do quadro próprio (concurados), mais 800 magistrados de carreira e outros 120 magistrados desembargadores, o que soma 920 magistrados ativos. Conta também com 3.500 estagiários em todo o Estado e mais 2 mil empregados terceirizados – manutenção, limpeza e guardas.

O desembargador Paulo Roberto Vasconcelos (68 anos) passou por todas as escadas da magistratura, começando como contínuo até chegar ao posto mais alto, que é a presidência do poder. Além de advogado, juiz e desembargador, é formado em administração de empresas e, por isso, informa que procura dar uma dinâmica

diferente na condução dos trabalhos da Corte. “Estamos administrando no sentido de organizar, planejar e desburocratizar o poder judiciário do Estado”, disse.

Vasconcelos também explicou que, em referência a questão salarial, que foi divulgado pela imprensa, onde um juiz ou desembargador estariam ganhando mais de R\$ 100 mil por mês, não se aplica ao Tribunal de Justiça, cujos vencimentos é de 90,25% ao de um ministro do Supremo Tribunal Federal, cujo salário é de R\$ 33 mil mensais. O que pode ter havido, disse ele, é gratificações ou valores (verbas) indenizatórios. “O meu salário está à disposição de qualquer cidadão para consulta e afirmo que não ultrapassa o teto”.

Outra informação publicada pela imprensa e que o presidente do Tribunal de Justiça explica é em relação ao restaurante. “Não haverá subsídios e o restaurante estará aberto a todos os cidadãos, porque é terceirizado e nós, juízes e

CONTINUA

CONTINUAÇÃO Paraná Portal 25 FEV 2016

desembargadores, bem como advogados e servidores em geral, terão direitos iguais e pagarão os mesmos valores pela refeição.”

“Estamos diminuindo em até R\$ 40 mil do valor a ser utilizado para o montante mensal de R\$ 20 mil”, disse o presidente.

As obras do restaurante, localizado junto à esplanada do complexo do Palácio da Justiça, tiveram início em janeiro de 2016. A previsão de inauguração é para o mês de julho. Elaborado pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura, o restaurante terá 469,54 metros quadrados de área construída, com salão para 160 assentos (em sistema rotativo), o que possibilitará o atendimento de aproximadamente 550 refeições por turno.